



**ACÓRDÃO Nº1124/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº11412/2019.**

**Aposos:** Processo nº 10524/2019.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Amaturá

**4- Exercício:** 2018

**5- Responsável:** Jesus de Nazareno Tananta Carvalho (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Não possui

**7- Unidade Técnica:** DICAMI

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2277/2022-MPC/CASA, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Amaturá. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Amaturá, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. **Jesus de Nazareno Tananta Carvalho**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, I, c/c art. 29 da Lei nº 2.423/96, e art. 223, da Resolução nº 04/02-TCE/AM.
- 10.2. Considerar em Alcance** o Sr. **Jesus de Nazareno Tananta Carvalho** no valor de **R\$ 86.045,00** e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, referente à ausência de justificativa e comprovação dos saques e pagamentos referentes aos cheques elencados na tabela apresentada pelo órgão técnico e constante do Relatório/Voto, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Amaturá.
- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Jesus de Nazareno Tananta Carvalho** no valor de **R\$ 13.654,39** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, por atos praticados com grave infração à



**ACÓRDÃO Nº1124/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial citados neste Relatório/Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Amaturá que:**

**10.4.1.** Cumpra a resolução número 27 de 2012 do TCE/AM, que determina o cumprimento e adequação dos projetos básicos as normas de Acessibilidade, visando assegurar o movimento de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

**10.4.2.** Mantenha os processos administrativos devidamente autuados, protocolados e numerando sequencialmente conforme caput do artigo 38 da lei nº 8666 de 1993.

**10.4.3.** Cumpra a Resolução nº 27 de 2012 do TCE/AM, que determina um processo único para obras e serviços de engenharia, uma pasta de obra, onde constarão todos os documentos relativos ao processo licitatório e pagamentos, de forma que os procedimentos administrativos sejam organizados em um único processo (Resolução nº 27 de 2012 do TCE/AM, artigo 2º, inciso II, e parágrafos).

**10.4.4.** Designe através de portaria ou outro documento equivalente, os responsáveis pela fiscalização dos contratos



**ACÓRDÃO Nº1124/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

(art. 58, III, art. 67 a 70 e art.112 da Lei nº 8666/93)

**10.4.5.**Elabore e mantenha atualizado os diários de obras ou documento equivalente quando realizar obras e serviços de engenharia (artigo 67, § 1º da lei 8666/93 c/c o artigo 1º da Resolução nº 1024 de 2009 do COFEA).

**10.4.6.**Elabore os boletins de medição de obra caracterizando de forma precisa as etapas e serviços concluídos e suas respectivas correspondências com o edital, como instrumento contratual e com o cronograma físico financeiro, aprovados pela fiscalização e assinado pelo preposto da contratada e pelo gestor do contrato (artigo 63, §2º, inciso III, da lei nº 4320/64 c/c os artigos 66 e 67 da lei nº 8666/93), e proceda ao registro fotográfico das suas obras e serviços (antes, durante e após a conclusão).

**10.4.7.**Exija a elaboração de laudo de vistoria, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra ou serviço (artigo 67, §1º, da lei nº 8666/93)

**10.4.8.**Exija a elaboração de relatórios e ou pareceres técnicos pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das obras/ serviços (art. 67, §1º da Lei 8666/93).

**10.4.9.**Emita os termos de recebimento provisório (art. 73, I, “a”, da Lei nº 8666/93) e definitivo de obras e serviços quando da sua conclusão (art. 73, I, “b” da Lei nº 8666/93).

**10.4.10.**

Observe a necessidade de anotação de responsabilidade técnica-ART (art. 1º c/c o art. 3º da Lei Federal nº 6496 de 7/12/1977 c/c o art. 1º c/c o art. 2º c/c o art. 3º da Resolução nº 1025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia- CONFEA) por pessoa física e/ou jurídica executoras de obras e/ou serviços de engenharia.

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 13 de Junho de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- Não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



**ACÓRDÃO Nº1124/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral